

A CIDADE DO PENSAMENTO ÚNICO – DESMANCHANDO CONSENSOS

Otília Arantes, Carlos Vainer e Ermínia Maricato
Petrópolis, Editora Vozes, 2000.

Fernanda Sánchez

O livro de Otília Arantes, Carlos Vainer e Ermínia Maricato, *A cidade do pensamento único*, ganha presença política no debate urbano desta virada de século ao romper com o silêncio opressivo e com o embotado pensamento crítico que pareciam imperar nestes tempos de globalização. É o campo da reflexão e confronto de idéias, da boa teoria entendida, aqui, como a melhor prática, o escolhido por eles para atraparhar unanimidades cristalizadas e submeter aparentes paradigmas a agudos questionamentos.

A novidade está, justamente, na proposta de debate sobre a natureza das mudanças no planejamento e na gestão das cidades na virada do século, proposta ousada, uma vez que tal debate parecia definhar junto com o trabalho teórico, dobrados diante da aparente inexorabilidade da realidade que fundamenta a prática trivializada.

Entre os autores, percebem-se perspectivas analíticas e ênfases diferenciadas, com um livre deslocamento entre as áreas do urbanismo, planejamento, sociologia, ciência política e filosofia, diferenças e movimentos que contribuem significativamente para a riqueza da obra. Há, porém, um movimento reflexivo que confere unidade teórica aos diversos ensaios: a atual hegemonia do capitalismo global, ao mesmo tempo que induz alinhamentos na esfera econômica, atinge em cheio o cerne dos processos de constituição e legitimação de paradigmas. Nesse sentido, os autores dão relevância analítica à mútua dependência entre materialização e simbolização, que, segundo eles, constrói as possibilidades históricas de efetivação dos interesses globais e seus agentes na nova espacialidade urbana.

De fato, o universo de temas urbanos e a escolha daqueles problemas apresentados como relevantes parecem profundamente reconfigurados nos últimos anos, perfilando uma verdadeira revolução simbólica. Os autores promovem a tarefa de desvendar criticamente quais os sentidos dessa revolução na afirmação

do capitalismo periférico em sua face urbana: os valores e visão de mundo que vêm sendo fixados, os sujeitos e as instâncias de enunciação de discursos, a geografia da difusão dos mesmos, a construção de consensos, e como tais sentidos estabelecem as bases cognitivas para a reformulação de políticas, práticas de administração das cidades e práticas urbanísticas.

Ao evidenciar os profundos vínculos entre o chamado planejamento estratégico de cidades e a hegemonia neoliberal, Carlos Vainer preocupa-se em inscrever esse modelo de planejamento no espaço social de sua gênese e difusão. Na busca dessa inscrição, desnatura a realidade como um dado objetivo do novo planejamento e mostra seu avesso, para compreender a realidade que vem sendo produzida: sujeitos sociais – agências multilaterais, *experts* internacionais e líderes políticos – que mediante ações subjetivas e objetivas elaboram, difundem e atualizam noções, instrumentos e modelos em múltiplas escalas do espaço global, a partir de centros de pensamento e difusão de políticas públicas.

É pela ação combinada desses sujeitos que, no Brasil e em toda a América Latina, vem sendo difundido o planejamento estratégico como a grande saída para “tornar as cidades competitivas” e, desse modo, fazer frente às novas condições impostas pelo processo de globalização. Vainer desvenda, por trás do festejado modelo, um projeto de cidade articulado por três analogias constitutivas: a cidade é uma mercadoria e, como tal, é colocada à venda em múltiplos mercados; a cidade é uma empresa e, como tal, é reduzida a um centro de administração de negócios; finalmente, a cidade é uma pátria, cujo destino depende de uma bem construída coesão cidadã em torno de um líder carismático e visionário. A pertinência dessa teorização parece fortalecida em outro ensaio do livro, dedicado especialmente à análise do processo concreto de elaboração do Plano Estratégico da Cidade do Rio de Janeiro.

Otília Arantes constrói sua argumentação explicitando o encontro entre cultura e economia, segundo ela, molduras para os processos políticos dominantes nas sociedades urbanas contemporâneas. Lembrando Guy Debord que, na *Sociedade do espetáculo*, prenunciava que a cultura seria a “mercadoria vedete” desta rodada do capitalismo (assim como o foram, em outros ciclos, a estrada de ferro e o automóvel), a autora afirma que o capitalismo, em sua versão urbana

contemporânea, assume, de fato, uma forma cultural: “A cultura é parte decisiva do mundo dos negócios e o é como grande negócio”.

Essa convergência é elucidada por Arantes ao discutir, no plano teórico, uma série de processos e dimensões em que se casam o interesse econômico da cultura e as alegações culturais das elites econômicas, que cercam cidades como Barcelona, Bilbao, Paris, Baltimore, Berlim ou Lisboa, com seus governos midiáticos, processos, por sinal, reeditados com agilidade em cidades periféricas bem embaixo de nossos pés. A análise de tais processos, criativamente tecida no ensaio, mostra a existência de um “pensamento único das cidades”, próprio desta virada de século, uma matriz conceitual e operativa comum na definição das estratégias urbanas.

O elenco de estratégias, que vêm sendo sistematicamente adotadas, parece confirmar essa comunhão: grandes equipamentos públicos (museus, centros culturais) no repertório das políticas culturais para a reativação econômica dos lugares; arquitetura da grandiosidade, assinada por algum astro de renome internacional; reabilitação de áreas urbanas (por meio de atração de investidores, atividades e moradores solventes); promoção de megaeventos, ou mesmo preservação de edifícios alçados à condição de patrimônio e tornados emblemáticos dos programas de renovação urbana. Essas operações estratégicas são transformadas em iscas, grandes vitrines publicitárias da cidade-espetáculo, as quais buscam consagrar os projetos de cidade e despertar o espírito cívico, o orgulho, a sensação de pertencimento, ao mesmo tempo que se orientam para a neutralização dos conflitos, das diferenças.

O ensaio de Arantes vai além e mostra, junto àquelas intervenções urbanísticas que produzem materialmente essa fase da modernização, outras dimensões do casamento entre cultura e economia, as quais imprimem novos valores às práticas de gestão: é a cidade pensada e administrada como uma empresa que compete no mercado global, é a cidade empreendedora, a “máquina do crescimento”, na expressão de Molotch, a qual conjuga governos e coalizões das elites econômicas num amplo leque de negócios, com suas fabulações correlatas da geração de empregos e com suas metáforas do bolo que cresce e derrama sua graça a todos os cidadãos; é a cultura da gestão eficiente e da qualidade total na prestação de serviços, como caminhos que de-

sembocam numa concepção precisa, e instrumentalizada, de cidadãos como consumidores da cidade.

O modelo generalizou-se, virou receita difundida mundo afora. A cidade, transformada em mercadoria, é posta em circulação e, mediante imagens que operam a serviço dessa visão mercadológica, são descortinados seus atrativos comerciais, turísticos e culturais, na busca de atração de investimentos. Para dentro da cidade, a mercadotecnia urbana gera uma visão de cidadania que assalta, principalmente, os próprios cidadãos. Seduzidos pelo catálogo de espaços “renovados” e pelo discurso da eficiência administrativa que estaria trabalhando a seu favor, eles encontram poderosas barreiras, culturais e políticas, à sua expressão em movimentos de resistência ou à participação em ações críticas, pois essas costumam ser esvaziadas, tomadas como manifestações de “desamor à cidade”.

Carlos Vainer vê na instauração da cidade-empresa uma negação radical da cidade enquanto espaço político, de construção da cidadania; aponta para um encolhimento radical do espaço público, uma total subordinação do poder público às exigências do capital internacional com interesses localizados. Em sua construção teórica, ele mostra as imbricações entre cidade-empresa e cidade-pátria: a produtivização e o consenso, bases permanentes para a cooperação público-privada, a cidade unificada sem brechas, tratada como um bloco em torno de um projeto único que, só assim, será vitorioso. A tendência à despolitização é também identificada pelo autor na redução da questão do governo da cidade à estreita questão da competência técnica de seus administradores, cuja manifestação é perceptível, tanto nas práticas de planejamento quanto na produção teórica dessas práticas.

O consenso construído em volta da cidade-mercadoria é desafiado, também, por Ermínia Maricato, cujo ensaio se encarrega de mostrar o que não entra nas contas do urbanismo de resultados e seus espaços de distinção: o crescimento exponencial da cidade ilegal, a enorme expansão espacial da pobreza, a violência urbana, a exclusão. Esta é, para a autora, a cidade dissimulada, invisibilizada cultural e politicamente, cuja ausência faz parte das estratégias de dominação próprias do capitalismo periférico e do urbanismo de mercado.

É como se o mundo real da pobreza urbana não fizesse parte da virtualidade da cidade reinventada para os negócios. Quem vê o mundo pelos olhos do

miraculoso “renascimento das cidades” para o mercado global jamais verá a pobreza e a exclusão como problemas. São dois mundos separados, que precisam ignorar-se para sobreviver. A dissimulação e o desconhecimento a respeito da cidade ilegal mostram a falta de vontade política de enfrentar a questão da propriedade da terra, um nó na sociedade brasileira que Maricato se encarrega de sublinhar por meio da análise das leis e planos urbanos e sua ineficácia, quando contrariam interesses de proprietários imobiliários, ou quando o assunto são os direitos sociais.

Para fazer frente à incorporação de modelos e representações reificadas, a autora propõe uma pauta de pontos e propostas que abrem uma brecha para processos de planejamento que se pretendam socialmente inclusivos e democráticos. Uma contribuição corajosa que pode alimentar projetos transformadores e que, no contexto de discussão teórica e política do livro, tem um papel destacável: chamar a atenção para o fosso que separa as atuais orientações das políticas urbanas, tornadas dominantes, e as orientações possíveis de projetos urbanos alternativos, baseados na construção da igualdade, da cidadania plena e da justiça social.

Na cidade-marca da virada do século não cabem os conflitos, as diferenças nem a profunda desigualdade socioespacial entre a cidade oficial e a cidade ilegal que, como mostra Ermínia Maricato, não é a exceção, mas a regra do nosso processo de urbanização. Indiferente à realidade escancarada pela autora: a cidade-marca é configurada pelos modelos e parâmetros dominantes da cidade-mercadoria, da cidade-empresa e da cidade-pátria. O desenho de tal marca é uma afirmação política da hegemonia do pensamento e ação sobre as cidades, contra a qual os autores se situam, a desafiar a aparente inexorabilidade dos cenários que ele aponta.

Para finalizar, uma nota: a acolhida que essa obra vem recebendo mostra que o esgotamento do debate é apenas aparente. Ele pode até refletir uma estratégia construída no campo da disputa simbólica: fazê-lo parecer esgotado. Na contra-corrente, o debate mostra sua vitalidade e sua potencialidade na reinscrição de projetos capazes de disputar a hegemonia na cidade entendida como “pólis”, reinventada como espaço do exercício democrático da política.